

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.637.844 - SP (2019/0370525-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICIPIO DE TABOAO DA SERRA
PROCURADOR : MARCO AURÉLIO FERREIRA DOS ANJOS - SP139636
AGRAVADO : YUKI LAVANDERIA LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICIPIO DE TABOAO DA SERRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

APELAÇÃO EXECUÇÃO FISCAL - "NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL" - Exercício de 2003 - Insurgência da Municipalidade contra o reconhecimento da prescrição - Apreciação das razões recursais prejudicada, em virtude do reconhecimento, ex officio, da nulidade do título executivo - CDA que não preenche os requisitos previstos no art. 202 do CTN e no art. 2o, § 5º, da Lei nº 6.830/80 - Ausência de clara indicação do tributo cobrado, bem como do fundamento legal do mesmo - Demais encargos legais incidentes que também se apresentam sem qualquer amparo legal - Reforma da r. decisão de primeiro grau que se impõe, para o fim de extinguir o processo, ex officio, nos termos do art. 485, IV, CPC - Recurso prejudicado.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1.013 do CPC, no que concerne à ocorrência de julgamento *extra petita*, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Valeu-se a Municipalidade do recurso de apelação interposto para atacar a decisão de primeira instância que houve por decretar a ocorrência da prescrição na execução fiscal em questão.

Ocorre, porém, que, ao declarar prejudicado o recurso da Municipalidade, a 18ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo realizou julgamento "extra petita", na medida em que, sem que tenha sido instada para tanto, optou por perquirir a higidez da CDA - tema não tratado na sentença ou no apelo - ao invés do tema da prescrição, este, sim, objeto da decisão de primeira instância, bem como da respectiva apelação. (fls. 129).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 210, § 1º, do CPC, no que concerne à não ocorrência da prescrição, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A execução fiscal na qual exarada a decisão ora recorrida foi proposta já sob a égide da Lei Complementar nº 118/2005, que houve por

alterar a redação do inciso I, do parágrafo único, do art. 174, do CTN, o que desloca o início do marco interruptivo da prescrição para a data do despacho do juiz que ordena a citação:

[...]

Posto isso, considerando que o despacho ordinatório da citação na execução fiscal deu-se no dia 30/07/2007 (fl.2), forçosa a conclusão pela não operação da prescrição, no caso ora sob comento.

Pois bem, o fato é que a partir da referida alteração legislativa, não mais persiste a antiga discussão a respeito do ato processual ou do momento em que se dá a interrupção da prescrição nas ações de execução fiscal, a qual efetivamente ocorre por ocasião do despacho ordinatório da citação.

Desse modo, considerando o não-transcurso maior que 5 (cinco) anos entre o lançamento do crédito fazendário e a data do despacho ordinatório da citação, forçosa a conclusão pela inoccorrência da alegada prescrição. (fls. 130/131).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação do art. 174, parágrafo único, IV, do CTN, no que concerne à causa interruptiva da prescrição, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Constata-se, portanto, que a despeito da alteração do fundamento para a extinção da execução fiscal em questão, ainda assim não andou bem o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de S.Paulo, tendo em vista a interrupção da prescrição que, comprovadamente, operou-se no feito, a partir da assinatura dos termos de confissão e parcelamento tributário, que embora juntados ao processo, foram ignorados pelo tribunal paulista.

Desse modo, ao desconsiderar os termos de confissão e parcelamento assinados pela contribuinte, extinguindo a execução fiscal por suposta inobservância ao disposto nos arts. 202 do CTN e 2º, §5º, da Lei de Execução Fiscal (o que não é o caso, inclusive conforme jurisprudência predominante deste Colendo Superior Tribunal de Justiça), terminou a 18ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de S. Paulo por violar o quanto disposto no art. 174, parágrafo único, inc. IV, do CTN. (fls. 135).

Quanto à quarta controvérsia, alega violação do art. 202 do CTN e do art. 2º, § 5º, da LEF, no que concerne à nulidade da CDA, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Não obstante os artigos 202 do CTN e 2º, §5º, da Lei de Execução Fiscal estabeleçam os requisitos de validade da certidão de dívida ativa, o fato é que meras imprecisões que não comprometam a compreensão do objeto do tributo exigido ou tampouco retiram a validade do título.

A certidão de dívida ativa em questão contém informações e elementos mais que suficientes à identificação da exação em questão, no caso a notificação de débito fiscal.

Ademais, ainda que a CDA contivesse alguma pequena errônia de

natureza formal, tal fato não seria suficiente à decretação da sua nulidade ou da invalidação da respectiva execução fiscal.

Totalmente descabida ainda a decretação de nulidade da certidão de dívida ativa, até porque, como se vê, a despeito de alguma suposta desconformidade de natureza formal, o fato é que não verificou-se prejuízo de qualquer ordem ao exercício da ampla defesa assegurado à Recorrida.

A substância dos atos sobrepõe-se a eventuais defeitos de ordem formal, de modo que hoje a interpretação mais consentânea com a realidade diz respeito à efetividade do processo e ao princípio da instrumentalidade dos atos processuais, em detrimento do formalismo exacerbado, que ao invés de contribuir para a aplicação da Justiça, dificulta a sua efetiva implementação.

[...]

Assim sendo, com a devida vênia, não há que prevalecer o julgamento levado a efeito pela Douta 18ª Câmara de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de S.Paulo, na medida em que, de conformidade com o entendimento sedimentado neste Colendo Superior Tribunal de Justiça, pequenos erros formais verificados na CDA não têm o condão de gerar nulidade do respectivo título.

De se acrescentar ainda, também em conformidade com a jurisprudência desta Colenda Corte Superior, que uma vez ausente o pressuposto de nulidade, ou seja, a ocorrência de prejuízo ("pas de nullité sans grief") - o que se demonstra sobretudo pelo fato da contribuinte, em 2 (duas) ocasiões, ter subscrito termos de confissão e parcelamento junto à Municipalidade - forçosa a conclusão pela higidez da CDA; recomendando, destarte, o provimento do presente recurso especial, mediante a reforma do r. acórdão recorrido. (fls. 136/138).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira, à segunda e à terceira controvérsias, incide o óbice das Súmulas n. 282/STF e 356/STF, uma vez que a questão não foram examinadas pela Corte de origem, tampouco foram opostos embargos de declaração para tal fim. Dessa forma, ausente o indispensável requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: REsp n. 1.160.435/PE, relator Ministro Benedito Gonçalves, Corte Especial, DJe de 28/4/2011; AgInt no AREsp n. 1.339.926/PR, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 15/2/2019; e REsp n. 1.730.826/MG, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 12/2/2019.

Quanto à quarta controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Posto isso, constata-se que a CDA de fl. 02 afigura-se imperfeita, na medida em que: a) não foi informado qual tributo está sendo cobrado, pois a identificação operou-se da seguinte maneira "NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO FISCAL"; b) os artigos 92 e seguintes do CTM, mencionados na CDA, referem-se às disposições gerais do Sistema Tributário Municipal, não fazendo qualquer alusão à cobrança em si; c) inexistente fundamento legal

a justificar a incidência da multa, da correção monetária e dos juros incidentes.

Destarte, a ausência de fundamentação legal adequada acerca da dívida em tela macula a CDA, dificultando, sobremaneira, o exercício do direito de defesa da empresa executada.

Na lição de LEANDRO PAULSEN, "é imperativo que conste do Termo de Inscrição e, posteriormente, da CDA, a indicação do dispositivo legal que fundamenta o débito. Não basta a indicação genérica a tal ou qual lei. Exige-se a indicação do dispositivo específico, do artigo em que resta estabelecida a obrigação " (in *Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência*-, 14ª edição; Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado; 2012; p. 1.250). (fls. 121).

Dessa forma, resta clara a ofensa ao artigo 202, inciso III, do CTN, e ao artigo 2o, § 5o, inciso III, da Lei de Execução Fiscal, os quais exigem que a certidão de dívida ativa informe a origem e a natureza do crédito, mencionando especificamente a disposição de lei em que seja fundado.

Importa notar que a inobservância dos requisitos essenciais para a constituição da CDA em apreço ocasiona a extinção da execução, em razão de sua nulidade (art. 618, I, do CPC/1973 e art. 803, I, do CPC/2015), haja vista que o título executivo deve ser certo, líquido e exigível (arts. 580 e 586 do CPC/1973 e arts. 783 e 786 do CPC/2015).

Ressalte-se, ainda, que não se trata de equívoco passível de saneamento, a determinar a aplicação dos arts. 139, IX e 317 do CPC/2015. Isto, pois não se vislumbra, na hipótese sub judice, vício formal da petição inicial, que, por sua vez, ensejaria a intimação do autor para emendá-la (art. 284 do CPC/1973 e art. 321 do CPC/2015), mas sim, verifica-se claramente a existência de vício na própria CDA, ou seja, no próprio título executivo, situação está a culminar, inevitavelmente, no decreto de nulidade da execução.

Logo, diante da gravidade dos vícios apontados, haja vista que diretamente relacionados aos requisitos essenciais da CDA (não se trata de mero erro formal ou material), não há como se manter a presunção de certeza e liquidez de que gozam os títulos executivos, não incidindo a regra do art. 2o, § 8o, da Lei n.º 6.830/80. (fls. 123/124).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, "não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado

Superior Tribunal de Justiça

n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente